



ILMO. SR. YAKO KAINÃ RODRIGUES DE LIMA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL PONTE SERRADA/SC.

**Contrarrazões de pedido de inabilitação
Ref. Edital de Tomada de Preços nº17/2023
Processo licitatório nº160/2023**

VIA ASFALTOS LTDA, já qualificada no processo licitatório, vem, respeitosamente, na presença de V. Senhoria, em tempo hábil, apresentar.

CONTRARRAZÕES DE PEDIDO DE INABILITAÇÃO

Para que se mantenha a habilitação da empresa VIA ASFALTOS LTDA., inscrita no CPNJ 49.539.605/0001-44, fase de julgamento da habilitação, pelas razões a seguir demonstradas:



1- DOS FATOS

Na data de 23/01/2024, reuniram-se no município de Ponte Serrada/SC, os membros da Comissão de Licitação, para o julgamento da documentação constantes nos envelopes de habilitação do Edital de Tomada de Preços nº160/2023. Protocolaram os envelopes as empresas: PAV OESTE PAVIMENTAÇÕES LTDA., SETEP CONSTRUÇÃO S.A e VIA ASFALTOS LTDA.

Abertos os envelopes com a documentação de habilitação das referidas empresas, realizada a análise dos documentos pela Comissão Permanente de Licitações a empresa PAV OESTE PAVIMENTAÇÕES LTDA citou que a empresa VIA ASFALTOS LTDA apresentou balanço sem registro na Junta Comercial do Estado, o que diverge do exigido em lei.

Em 31 de janeiro de 2024 às 08 horas reuniram-se na sala de licitações, a Comissão designada pelo decreto n.763/2023, decidindo por habilitar as empresas para o certame.

Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitações decidiu por abrir prazo para interposição de recurso.

2- DAS RAZÕES PARA HABILITAÇÃO DA EMPRESA VIA ASFALTOS LTDA

A empresa PAVOESTE PAVIMENTAÇÃO LTDA protocolou recurso solicitando a inabilitação da empresa VIA ASFALTOS LTDA alegando irregularidade na análise do item 5.3 - DA HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, alínea “b” que determina que o balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Porém segue abaixo alguns esclarecimentos sobre o ítem em discussão, esclarecimentos esses que a comissão de julgamento já devem ter pleno conhecimento.

O que é o Balanço Patrimonial

De maneira simplificada, o balanço patrimonial é um relatório que consta a situação financeira de uma empresa (Regularidade econômica-financeira). Nesse documento é possível aferir todos os bens, recursos e investimentos que a empresa detém **e é feito a cada 12 (doze) meses**, sem



prejuízo de ser feito em menos tempo.

Quem é isento?

Embora seja um documento de emissão obrigatório, às empresas optantes pelo regime tributário (SIMPLES NACIONAL), desde que estejam em dia com as demais demonstrações de tributos, são isentas de apresentar o balanço. Contudo, essa regra não se aplica dentro da licitação.

Como já vimos, para participar de uma licitação a empresa deve apresentar determinados documentos para demonstrar sua qualificação econômico-financeira, dentre elas, está o balanço patrimonial. Ou seja, como já dito, mesmo as empresas optantes pelo Simples devem apresentar esse documento.

Balanço Patrimonial conforme lei

Para o reconhecimento do balanço patrimonial, ainda é necessário observar algumas formalidades, uma delas é o registro na junta comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro).

Além disso, é necessária a assinatura do Contador e do titular ou representante legal da Entidade no BP e DRE (podem ser assinados digitalmente).

E ainda, deve conter a indicação do número das páginas e número do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário, acompanhados do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo.

Empresas com menos de 01 (um) ano

Mais uma observação importante a respeito do balanço é em relação às empresas recém constituídas. Como o balanço patrimonial é feito após doze meses, a empresa que ainda não completou esse tempo não possui esse documento. Nesse caso, para participar do processo de licitação deve ser apresentado o balanço de abertura. De acordo com o entendimento adotado pelo STJ, nesses casos deve ser utilizado o princípio da razoabilidade, a fim de possibilitar que as novas empresas



participem das licitações.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

Mantenha HABILITADA a VIA ASFALTOS LTDA., por cumprimento das normas no edital;

Cordilheira Alta, 03 de Fevereiro de 2024.

MARCELO INVERNIZZI (Representante Legal)
CPF 083679009-01